

# AS FACETAS DO ÓDIO EM DISCURSOS DIRECIONADOS À MARIELLE FRANCO NO TWITTER/X: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DE REDES SOCIAIS<sup>89</sup>

LARA LUCENA ZACCHI

LUIZ AUGUSTO POSSAMAI BORGES

## Introdução

Vocês querem nos matar, nos controlar  
Vocês não vão nos calar  
Mesmo sangrando a gente vai tá lá  
Pra marchar e gritar  
Eu sou Marielle, Cláudia, eu sou Marisa  
Eu sou a preta que podia ser sua filha  
Solidariedade, mais empatia  
O povo preto tá sangrando todo dia [...]  
(MC CAROL, 2018).

[...] Marielle presente  
Na ausência do medo  
Que já se instaurou  
Mas ela sempre foi guerreira  
E por nós lutou  
Pela representatividade  
Que o gueto gritou [...]  
(VILLAÇA, 2019).

A epígrafe que abre as discussões deste capítulo expressa reivindicações e denúncias em torno do assassinato de Marielle Franco, à época vereadora do Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL/RJ). Ativista e socióloga, foi morta a tiros no dia catorze de março de 2018 na cidade do Rio de Janeiro, com seu motorista, Anderson Gomes. O crime chocou o Brasil e o mundo e gerou uma onda de manifestações em defesa da democracia e dos direitos humanos. Os versos que iniciam este trabalho ecoam parte das demandas sociais por respostas e por justiça em torno deste crime que ainda não obteve seu pleno desfecho. Perguntas como “Quem matou Marielle Franco?”; “Quem mandou matar Marielle Franco?” estiveram (e continuam) presentes nos discursos e em manifestações públicas de indivíduos e grupos que se posicionaram contra as diversas formas de violações aos direitos humanos, tanto no âmbito nacional, quanto internacional.

<sup>89</sup> O presente estudo faz parte do Projeto “Internet como campo de disputa pela Igualdade de Gênero”, realizado no Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (Fapesc) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Desde seu assassinato, embates foram travados na esfera pública, caracterizando discussões que perpassam pelas pautas de movimentos sociais, por debates jurídicos e políticos e pelos espaços on-line das redes sociais, por exemplo. Nesse escopo, ao mesmo tempo em que muitos indivíduos se solidarizaram com a morte de Marielle Franco e exigiram justiça, outros utilizaram a dimensão pública das redes sociais para disseminar discursos de ódio, racismo e violência contra sua figura e contra as pautas por ela representadas. Travaram-se, assim, disputas narrativas, simbólicas e discursivas no ciberespaço (OLIVEIRA; LIMA; PENTEADO, 2020). Esses embates mobilizaram, ainda, diferentes formas de reivindicações, identificações e representações, de um lado, ao mesmo tempo em que geraram, de outro, a propagação de preconceitos baseados em desigualdades de gênero, sexualidade, raça e classe.

Considerando a complexidade de tais embates em torno do assassinato de Marielle Franco, os quais se inserem como fenômenos da história política recente brasileira e produzem, até hoje, suas continuidades, distintas inquietações vieram à tona. Principalmente, atreladas aos nossos anseios em compreender tais questões, no contexto analisado: *como o discurso de ódio se desenvolve nas redes sociais? De qual maneira ele se expressa? A quais grupos ele se destina?*

Intentando refletir sobre essas questões, buscamos problematizar os padrões de ódio nos discursos proferidos no Twitter/X a partir de comentários direcionados a Marielle Franco e ao seu assassinato. Para isso, nos baseamos na metodologia da história digital, da netnografia e da análise social de redes. A partir desses campos, se torna possível identificarmos como os usuários se comunicam, se identificam e como se comportam em relação à Marielle Franco nas redes sociais, possibilitando, assim, a observação das interações entre usuários, suas práticas e discursos, bem como seus padrões de comportamento.

A utilização da história digital, por sua vez, se ancora em recentes pesquisas do campo. Dentre elas, destacamos as ponderações de Fábio Chang de Almeida (2011), uma vez que o autor sugere metodologias para a análise dos documentos digitais enquanto fontes históricas. Consideramos que essas fontes produzidas no espaço digital possuem um caráter atualista, em sentido próximo à noção de “tempo atualista” (PEREIRA; NICODEMO; ARAÚJO; 2022), na medida em que são atualizadas a todo instante. Nessa dimensão, trabalhar com fontes digitais significa considerar suas possíveis efemeridades, bem como suas abundâncias, fator que implica na necessidade de um recorte que respeite critérios específicos (ALMEIDA, 2011)<sup>90</sup>.

Ressaltando as mídias sociais como espaços propícios para a construção de redes de sociabilidades entre grupos políticos, realizamos, então, um levantamento de comentários voltados à Marielle Franco durante os anos de 2018 e 2023 na rede social Twitter/X. As fontes digitais analisadas se referem a comentários proferidos em três publicações da página oficial de Marielle Franco (2018) e quatro publicações do Instituto Marielle Franco (2023), dentre elas, reportagens de outros perfis oficiais<sup>91</sup>. O critério utilizado para a seleção das publicações foi o de se tratarem de postagens

90 Nesse sentido, o tratamento para com os documentos digitais exige certo cuidado, principalmente no que tange seu armazenamento e sua constante atualização. Assim, as fontes digitais utilizadas foram recorrentemente capturadas em imagens e salvas em formato PDF, visando a produção de arquivos pessoais e/ou públicos digitais, tal qual defendido por Fábio Chang de Almeida (2011).

91 O perfil oficial de Marielle Franco no Twitter/X encontra-se ativo, apesar de, desde julho de 2018, não realizar mais nenhuma postagem. O perfil conta com 52.100 seguidores. Pelo fato da equipe que conduzia o perfil ter parado suas atividades em 2018, optamos por selecionar o perfil oficial do Instituto Marielle Franco para as análises do discurso de ódio na atualidade, por ele representar uma página oficial ligada à luta e à memória de Marielle. Este perfil possui 88.100 seguidores e começou suas atividades em janeiro de 2020. Todos os dados citados foram coletados até setembro de 2023 e, posteriormente, salvos em nossos arquivos digitais pessoais.

que rememoram os marcos em relação à data de assassinato de Marielle e Anderson (14/03/2018), e exigem, sobretudo, respostas sobre o crime. Os comentários das publicações foram analisados a partir de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, que estabeleceu critérios para evidenciar as disputas travadas a partir do discurso de ódio nas publicações.

Foram entendidos como mobilizadores de discurso de ódio os comentários que expressaram explicitamente alguma forma de violência, fosse ela verbal e/ou que manifestasse defesa e/ou comemoração ao assassinato da vereadora. Nesse sentido, comentários como, “Só lamento pelo motorista...[...].” (TWITTER/X, 2018) e “Tchau Marielle, que outros iguais a você possam ter seu mesmo destino!” (TWITTER/X, 2019), podem exemplificar os tuítes que se associaram à propagação discursiva do ódio a partir da desumanização da vida de Marielle. Na medida em que compreendemos o discurso de ódio como uma forma de performatividade da linguagem, em diálogo com Judith Butler (2021), realizamos as análises entendendo sua capacidade em degradar e humilhar um indivíduo e, ainda, todo um grupo social por ele identificado.

Face a estes exemplos de comentários citados e considerando, então, a dimensão política do espaço das redes sociais, quais devem ser os limites da liberdade em se poder tudo expressar, quando essa expressão não apenas banaliza a violência e a própria vida, como mobiliza a naturalização do ódio e a opressão do outro? Para além de objetivar responder tais questionamentos, pretendemos com este trabalho instigar reflexões sobre este passado recente da violência política, da misoginia e do racismo no Brasil, pensando em suas continuidades nos dias de hoje. Também, intentamos suscitar ponderações sobre a utilização das redes sociais e a dimensão política que ela pode alcançar em um recorte de sociedade cada vez mais conectada<sup>92</sup>.

Ainda, convém afirmarmos que a escolha em analisar o discurso de ódio destinado à Marielle Franco perpassou por nossa inserção no tempo contemporâneo ao vivido por ela. Consideramos, dessa forma, que as indagações lançadas às fontes muito têm a ver com a continuidade das injustiças, com o racismo, desigualdades, violências e impunidades que assolam o tempo presente e que se colocam também como continuidades de um passado recente. Nós, historiadora e historiador, ao passo em que vivenciamos os processos políticos dos últimos anos, não poderíamos deixar de afirmar que o assassinato de Marielle Franco representou um marco na história política brasileira e deixou em aberto lacunas que devem, ao nosso ver, ser cada vez mais tensionadas.

Intentando produzir reflexões nesse sentido, o capítulo se divide em duas partes. A primeira, busca analisar as facetas do ódio direcionado à Marielle Franco nos dois perfis do Twitter/X já referenciados. Como objetivo, buscamos realizar um estudo de caso, ressaltando os principais aspectos que se relacionam aos discursos de ódio proferidos nas fontes, os preconceitos por ele perpetuados e os grupos possivelmente atingidos. Ainda, procuramos destacar as possíveis continuidades e rupturas expressas ao longo dos anos, objetivando contribuir para pensarmos no cenário político recente brasileiro, ainda que sobre um contexto específico analisado. Na segunda parte do capítulo, por sua vez, destacamos o papel das redes sociais na sociedade brasileira contemporânea, pensando na expansão da extrema direita e na propagação de discursos de ódio no mundo digital.

<sup>92</sup> Ao longo dos últimos anos, distintos trabalhos se propuseram a analisar as violências produzidas no âmbito das redes sociais e dirigidas à Marielle Franco. Entretanto, este trabalho busca analisar dois perfis específicos da rede social do Twitter/X, compreendendo um recorte temporal mais amplo. É dessa forma que este capítulo busca inserir suas reflexões no campo das Ciências Humanas e da historiografia, visando expandir análises e, mais que isso, suscitar reflexões e debates ainda inconclusos.

## As facetas do ódio em torno de Marielle Franco

Marielle Franco, durante sua atuação política, enfatizava o racismo, a desigualdade social e a misoginia, por exemplo, como marcadores que estruturam as relações de opressão e desigualdade na sociedade brasileira. Em biografia de seu perfil oficial do Twitter/X, administrado por sua equipe, Marielle foi descrita como “mulher negra, da favela, defensora de Direitos Humanos, socióloga e vereadora do Rio (PSOL)” (TWITTER/X, 2018). A atuação política de Marielle Franco, portanto, se alinhava com suas próprias identidades, visto que ela recorrentemente frisava-se como uma mulher negra, bissexual, feminista e “cria da favela da Maré”, referenciando a potencialidade de suas lutas e do espaço político por ela ocupado. Nesse escopo, defendia os direitos das mulheres, da comunidade LGBTQIA+, denunciava o racismo e a desigualdade social, o genocídio do povo negro; expondo e questionando as intervenções militarizadas, a violência e a repressão do Estado sobre as comunidades pobres e racializadas. Denunciava recorrentemente a questão da segurança pública, fundamentada, segundo ela, pela “continuidade de uma lógica racista de ocupação dos presídios por negros e pobres, adicionada do elemento de descartar uma parte da população ao direito da cidade” (FRANCO, 2014, p. 126).

Pensar sobre quem foi Marielle Franco, bem como sobre sua atuação política, importa para refletirmos sobre todos os outros sujeitos que se afetaram com seu assassinato, fazendo com que sua imagem se tornasse símbolo de distintas lutas. Nesse sentido, a trajetória política da vereadora, após sua morte, foi reivindicada por movimentos sociais distintos, como o de mulheres, da população negra, da comunidade LGBTQIA+, de grupos de esquerda e em prol dos direitos humanos. Refletir sobre tais aspectos importa também como contexto para analisarmos o próprio discurso de ódio proferido contra sua imagem, ao longo dos anos, em espaços públicos, como os das redes sociais. Nesse sentido, para além da imagem de Marielle Franco, a *quem* é destinada à violência verbal e os discursos de ódio proferidos como ataques em suas redes sociais oficiais? Quais as facetas deste discurso?

Em um comentário de um tuíte realizado em 2018 que referenciava a morte de Marielle em seu perfil oficial, os dizeres “#UmaaMenos”, em forma de *reply*<sup>93</sup>, exemplificam a violência referida acima. Em forma de *hashtag*, o perfil que realizou tal resposta expressava que, para além de não demonstrar sensibilidade pelo crime ocorrido, ainda comemorou a morte da vereadora, tal qual expresso na Imagem 1:

<sup>93</sup> As chamadas *reply* dizem respeito às respostas realizadas em forma de comentários nas postagens do Twitter/X. Em uma tradução literal, a interação poderia ser entendida a partir do verbo “responder”.



Imagem 1: Comentário realizado em postagem feita pela conta oficial do Twitter/X de Marielle Franco<sup>94</sup>.  
Fonte: Perfil oficial do Twitter/X de Marielle Franco. Imagem capturada pela autora e autor no dia 24/07/2023.

O perfil que teceu o comentário, em abril de 2018, demarcou violências, ainda mais considerando o conteúdo da publicação postada pelo perfil de Marielle. Este, questionava a falta de respostas em relação à resolução de seu assassinato, e, mais que isso, questionava a constante violência e genocídio de pessoas marginalizadas pelos recortes de raça e classe, fruto da violência estatal. A *hashtag* “#UmaaMenos” pode destacar, para além de um ódio à Marielle Franco, um ódio destinado às pessoas que sua luta defendia: uma mulher a menos; uma pessoa periférica a menos; uma pessoa negra a menos; uma defensora dos direitos humanos a menos. Pode produzir diferentes identificações e se destinar a diferentes pessoas. Convém mencionar que a *hashtag* mobiliza uma alusão à campanha feminista latino-americana “¡Ni una a menos!”, sendo capaz de produzir, inclusive, um ataque que se destinaria a luta deste movimento que foi travado, sobretudo, nas redes sociais (MARQUES, 2019). Uma vez que este movimento transnacional se colocou no cerne do enfrentamento à contínua violência contra as mulheres na América Latina (MARQUES, 2019), a *hashtag* pode reforçar valores antifeministas, sustentados também pelo racismo.

A violência e o ódio presentes no comentário se intensificam se considerarmos a forma operacional das redes sociais, em que as *hashtags* atuam como uma maneira de atingir um número maior de usuários. Nessa lógica, são mais divulgadas que outros comentários, e a amplitude de seu alcance tende a ser maior, sendo inclusive acessadas por perfis que não seguem, necessariamente, a conta que realizou a publicação. Em concordância com Inês Signorini (2022), as *hashtags* podem ser utilizadas para embasar um comportamento de “cascata” no espalhamento do discurso de ódio no ciberespaço, delimitando a categoria específica do *cyberhate*<sup>95</sup>. Por conseguinte, as *hashtags* permi-

94 Optamos por deixar em anônimo apenas a foto do perfil que realizou o comentário, pelo fato de não vermos necessidade em expor a imagem da pessoa, considerando as dimensões éticas do trabalho com indivíduos que compartilham o mesmo tempo presente que nós. Com relação ao nome do perfil que realizou tal comentário, optamos por não deixar em anônimo por se referir a um perfil de acesso público nas redes sociais. Ainda mais, considerando que o nome do usuário nos parece um nome fictício, um pseudônimo, fato que instiga diversas questões caras à pesquisa histórica. Tal decisão encontra-se alinhada ao manual “Social media research: a guide to ethics” (TOWNSEND; WALLACE, 2016), utilizado e referenciado por Signorini e Lucena (2023).

95 Em tradução literal ao português, a categoria é definida como “cyber ódio”.

tem construir redes de identificação que se baseiam em diferentes formas de “fobias e preconceitos” (SIGNORINI, 2022). Em concomitância, a *reply* analisada expressa a relativização da própria vida através dos dispositivos do ódio, que diminuem a existência do outro, aqui baseando-se em estruturas racistas, reforçando uma “alteridade desumanizada”, tal qual debatida por Sueli Carneiro (2023). É sob esta perspectiva que podemos considerar que o *cyberhate* pode se articular com o conceito de *misogynoir* (SNYDER, 2022) – a ideia de uma opressão que interconecta a misoginia e o racismo –, ou, ainda, com as noções cunhadas por Lélia Gonzalez (2020), no sentido do entendimento das opressões firmadas pela misoginia e pelo racismo como componentes das relações presentes na sociedade brasileira.

Outro aspecto que chama atenção são os chamados *emojis*<sup>96</sup> escolhidos pelo usuário que proferiu o comentário. Os *emojis* “🙏🇧🇷👤👤👤👉👉👉” podem se configurar como “classificações simbólicas” (SIGNORINI; LUCENA, 2023), produzindo uma gama de sentidos e discursos. Tais *emojis* permitem interpretações que envolvem a defesa do fundamentalismo religioso, do patriotismo, da família e da violência. É provável que esta última se refira ao gesto de “arminha”, tão presente nas campanhas eleitorais bolsonaristas em 2018, a qual, ainda que de forma implícita, mobiliza a imposição de uma ameaça. Podemos considerar que, assim como nesta fonte, outras contribuem para a noção de que muitos dos perfis que destilaram discurso de ódio contra Marielle Franco possuíam alinhamento com ideais bolsonaristas. Dessa forma, travaram disputas cujos interesses perpassam pela equiparação da violência vivida por Marielle com outros episódios da história recente, buscando, assim, uma possível relativização de seu assassinato.

Nesse sentido, destacamos dois comentários: “Fora esquerda lixo!!! Acabou!!! Quem@mandou matar Bolsonaro?? Presidente!!!!” (TWITTER/X, 2020); “QUEM MANDOU MATAR O NOSSO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO?” (TWITTER/X, 2023). Ainda que realizados em contextos diferentes (2020 e 2023, respectivamente), ambos comentários citam o nome de Bolsonaro em uma publicação que em nada se referia à sua figura, trazendo elementos enfáticos, como o uso de frases em *capslock*<sup>97</sup> e a sequência de pontos de exclamação. Atacam explicitamente, não apenas a figura de Marielle Franco, como os movimentos e grupos políticos da esquerda brasileira. A partir do discurso de ódio, podem, ainda, desviar o foco público de questões relevantes associadas à justiça em torno do caso de Marielle. Essa disputa discursiva emerge de um contexto de polarização, ao mesmo tempo em que o fortalece, onde discursos de ódio tensionam a opinião pública em torno da imagem de Marielle, inclusive a partir da desinformação e da propagação de *fake news* (SOARES; VIEGAS; SUDBRACK; RECUERO; HUTTNER, 2019).

Ao longo da análise das publicações<sup>98</sup>, e, conseqüentemente, dos comentários proferidos, pudemos inferir algumas considerações. Durante o contexto das três publicações estudadas realiza-

96 Os chamados *emojis* são ícones/ideogramas em forma de figuras, comumente utilizadas para representar e/ou ilustrar determinada ideia expressa nas redes sociais.

97 Nas redes sociais, o uso do *capslock* pode se referir ao ato de uma expressão mais enfática que a fala, podendo significar o ato de gritar, por exemplo.

98 Na tentativa de quantificar parte do cenário das disputas discursivas em torno do assassinato de Marielle Franco nas redes sociais, realizamos uma tabela com o levantamento dos *tuites* analisados por nós, considerando as escolhas e os recortes metodológicos já expostos, em diálogo com a história digital e a análise social de redes. A tabela serviu para pensarmos a quantidade de comentários que frisam algum tipo de discurso de ódio e/ou violência verbal sobre a vida e a morte de Marielle Franco, em comparação aos comentários empáticos com suas causas. Assim, possibilitando uma reflexão sobre a dimensão das referidas disputas travadas a partir de comentários no Twitter/X.

das em 2018 pelo perfil oficial de Marielle houve um maior percentual de *replies* que mobilizaram o discurso de ódio em algum sentido. Percentual esse que compreende, aproximadamente: em 1, 54,5%; em 2, 43,75%; em 3, 50% com relação aos comentários que mobilizaram outros conteúdos. Já nas publicações realizadas em 2023 pelo perfil do Instituto Marielle Franco, percebemos uma menor frequência dessas *replies*, cujos números compreendem, respectivamente, uma ocorrência em sete comentários (14,29%) e nenhuma ocorrência em dois comentários (0%). As mudanças expressam uma maior mobilização de comentários de apoio quando se tratando das *replies* destinadas às publicações originais do Instituto Marielle Franco em 2023, bem como uma diminuição na disseminação dos discursos de ódio e *fake news* ao longo dos anos.

Considerando o pressuposto de que o discurso é historicamente situado, e que as práticas e discursos dos indivíduos estão dentro de um quadro mais amplo de questões sociais e políticas (BURKE, 1992), nossa hipótese inicial para esta mudança se deu a partir do entendimento de que os dois contextos analisados compreendem diferentes momentos da história e da política brasileira. Este recorte acompanhou o agravamento de uma crise econômica neoliberal, o fortalecimento de grupos da extrema direita e, ainda, um contexto de pandemia que produziu consequências na aceleração e na ampliação do uso da internet e das redes sociais. Além disso, compreendeu duas campanhas eleitorais (2018 e 2022) onde o discurso de ódio e as *fake news* foram amplamente disseminadas em prol de campanhas políticas<sup>99</sup>. Ao mesmo tempo, a luta pública por esclarecimento sobre a execução de Marielle mobilizou setores da sociedade, ainda mais considerando as constantes execuções de defensores dos direitos humanos e a perpetuação da violência de Estado, incluindo o genocídio da população baseada na necropolítica.

Se os discursos mobilizados compreendem momentos que se divergem – o que pode acarretar consequências na forma em que os grupos sociais se mobilizam em torno de uma causa – a maior quantidade de apoio no Twitter/X à Marielle em 2023 poderia se relacionar com alguns fatores. Por exemplo, de que em 2023 haveria um maior alcance e uma maior sensibilização em torno de seu assassinato, somado às constantes injustiças e violências disseminadas durante o contexto estudado e às investigações em torno de sua execução. Dado o fato de termos analisado um número limitado de tuítes<sup>100</sup>, tais argumentos nos emergem enquanto hipóteses em aberto. Porém, é entendido que nem o discurso de ódio, nem o racismo, nem a violência de gênero e nem a disseminação de *fake news* contra a figura de Marielle se encerrou com o tempo. Segundo Albuquerque, Faria e Oliveira (2022), as *fake news* são utilizadas até hoje, neste caso, para compor um “enredo de difamação permanente” as quais, no processo difamatório de Marielle Franco, contribuíram para o “extermínio simbólico de indivíduos e coletividades”.

Diante deste fato e da brusca diminuição de comentários de ódio voltados à página do Instituto Marielle Franco, ampliamos a análise incluindo postagens realizadas por outrem e repostadas pelo perfil do instituto, postagens essas que também cobram por justiça e resposta e rememoram o marco de 5 anos de assassinato da Marielle. Tais postagens foram realizadas pela atual vereadora de São Paulo, Erika Hilton, e por Anielle Franco, atual ministra da Igualdade Racial e irmã de Marielle Franco. Mesmo que brevemente, podemos confirmar que o discurso de ódio voltado à Marielle não

99 Sobre as *fake news* na campanha de 2018, ver mais em: ALMEIDA, 2018.

100 Tais limitações se deram, principalmente, pelo espaço deste trabalho. Ainda, destacamos aqui uma das lacunas que podem ser exploradas em trabalhos futuros que se proponham a realizar análises quantitativas e qualitativas de ainda mais tuítes.

diminuiu com o tempo, mas mudou de alvo, estando também destinado às pessoas que representam a atual política do país, com destaque específico às mulheres; mulheres de esquerda que militam pelos direitos humanos, que fazem parte da comunidade periférica, negra e LGBTQIA+. Os perfis que destilam o ódio demarcam, para além de uma violência política de gênero, uma violência estruturada pelo racismo, aspectos esses fortemente presentes no cenário de ascensão de grupos da extrema direita brasileira, cujo caráter conservador foi, frequentemente, posto à tona.

## Redes sociais e a nova direita brasileira

A internet oferece espaços para o acesso e compartilhamento de informações entre os usuários, ajudando na difusão de ideias diversas, tornando-se uma arena vital nos dias de hoje. Nessas interações nas redes sociais, ocorrem diversas relações sociais, culturais e subjetivas. Essas mudanças podem ser vistas nas formas como os atores sociais se expressam, se relacionam, se organizam e se percebem hoje no mundo, através das redes sociais e do mundo virtual (WASSERMAN; FAUST, 1994; FREEMAN, 2004; ACIOLI, 2007).

É através das interações feitas por cada um de nós, atores sociais, em nossos respectivos laços relacionais na internet, que ocorre a formação de grupos e redes. As redes sociais digitais, diferentemente das redes sociais tradicionais ou analógicas, expandem a dimensão espacial de nossas interações e possibilidades, proporcionando uma ampliação e conexão nas relações sociais, culturais e afetivas com pessoas e informações em várias partes do mundo. Embora tudo isso esteja cada vez mais rápido e no alcance de nossas mãos, este desenvolvimento técnico-informático nem sempre implica melhorias nas relações sociais, em termos éticos e políticos (WASSERMAN et al., 1994; FREEMAN, 2004; ARRUDA, 2011)

A formação da nova direita no Brasil teve início após o auge da popularidade do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu primeiro mandato (2003–2007), com os escândalos e processos que envolveram o Mensalão, em 2005. Nesse período, a vergonha em se dizer de direita começou a se dissipar, sobretudo a partir das redes sociais. Nesse sentido, foi especialmente importante o surgimento da rede social Orkut um ano antes, em 2004, que acabou por se tornar um espaço importante nas arenas discursivas que dariam origem à nova direita brasileira (ROCHA, 2021).

De acordo com Camila Rocha (2021), a nova direita que emerge nos anos 2000 se define de uma forma mais evidente no debate público, através de um amálgama de ideais: o ultraliberalismo-conservador<sup>101</sup>, que serviria para derrotar a “hegemonia cultural esquerdista”. Durante o primeiro governo Lula, as comunidades do Orkut, assim como blogs e demais fóruns da internet existentes na época<sup>102</sup>, concederam espaços para a ampliação de vozes do campo direita, atraindo simpatizantes, da classe média e alta, que tinham acesso à internet na época. Nesse momento, portanto, a nova direita perdeu parte da vergonha de se afirmar como tal e sinaliza críticas ferrenhas ao pacto democrático de 1988. Assim, a internet e as redes sociais foram fundamentais para a formação da

101 Se tratando dos debates da extrema direita e do neoliberalismo, esses grupos defendiam teorias econômicas e morais antigas, porém, nas redes sociais, buscaram dar uma roupagem mais digital e moderna, apropriada aos dias de hoje (ROCHA, 2021).

102 Vale lembrar que um dos primeiros passos da extrema direita foi dado ainda no fim dos anos 1990, com a criação do blog de Olavo de Carvalho. Contando com a colaboração de outros críticos do marxismo e da esquerda nacional, no ano de 2002, Carvalho publicou *O imbecil coletivo* e criou, em 2004, o site *Mídia Sem Máscara*, fazendo com que passasse a se tornar mais conhecido pelos brasileiros que possuíam acesso à internet na época (ROCHA, 2021).



nova direita no Brasil, permitindo que pessoas, com ideias semelhantes, se conectassem e trocassem informações e opiniões no mundo virtual (ROCHA, 2021).

A partir desse momento, e com a popularização e barateamento de smartphones e internet ao longo da década de 2010, a nova direita passou a utilizar a internet como uma ferramenta para disseminar suas ideias e mobilizar novos seguidores. A nova direita no Brasil teve um papel importante durante as manifestações de junho de 2013, quando grupos, como os Revoltados Online e Movimento Brasil Livre (MBL), utilizaram a internet e as redes sociais para mobilizar manifestantes e disseminar suas ideias contra a ex-presidenta Dilma Rousseff (ROCHA, 2018).

O radicalismo político no Brasil vem crescendo desde as Manifestações de 2013, passando pelas Eleições de 2014, o Golpe de 2016 e as Eleições de 2018 e 2022. Esse radicalismo se apresentou de diversas formas, tanto no mundo real quanto nas redes sociais. Na realidade, o radicalismo político expressiu-se em atividades violentas, incluindo ataques às sedes dos partidos, hospitais e à esquerda no geral. Já no mundo virtual, o radicalismo político nas redes sociais expressou-se em ataques pessoais, na divulgação de notícias falsas e em discursos de ódio. Manifestou-se também na polarização política, dividindo a sociedade brasileira em dois grupos opostos, na lógica do fascismo do “nós e eles”. No perfil de Marielle, em março de 2018, tinha vários exemplos que refletiam o cenário político do Brasil, como neste comentário poucos dias após seu assassinato:

Quantos mais pais de família tem k morrer nesse país que estava abandonado, nas mãos de nazistas, onde seu chefe tá preso! Nossas universidades e tantos outros meios que foram invadidos, e a lavagem cerebral feita?! Partido das Trevas Socialistas hipócritas!! O Brasil é nosso! (TWITTER/X, 2018).

O pânico moral e a criminalização da esquerda, sobretudo ao PT, eram a tônica deste momento em 2018. Camila Rocha (2021) destaca a importância da política do choque como uma estratégia utilizada pela nova direita para chamar a atenção para suas ideias e mobilizar seguidores. Esse método muitas vezes envolvia, e ainda envolve, a utilização de discursos polêmicos e controversos, disseminados por meio da internet e das redes sociais. Ainda poucos dias da sua morte, comentários racistas e classistas eram comuns: “Talvez a resposta esteja no morro, porque vc não pergunta aos traficantes de onde vc mora, ou não mora mais no morro” (TWITTER/X, 2018).

O termo *misogynoir*, misoginiapreta em português, é particularmente interessante para compreender o ódio destinado a mulheres negras. Refere-se à combinação de misoginia e racismo, ou seja, a discriminação e o ódio dirigidos especificamente a mulheres negras. Cara Snyder (2022) nos explica que, em 2008, a professora Moya Bailey criou o termo *misogynoir* para descrever a violência e o assédio que as mulheres negras enfrentam tanto on-line quanto off-line. Bailey aborda o tema em seu livro “*Misogynoir Transformed: Black Women’s Digital Resistance*”.

Nos últimos anos, um fenômeno preocupante que se observa em todo o mundo é o crescimento da supremacia branca e da extrema direita nas redes sociais. Esses grupos usam as redes sociais para propagar suas crenças racistas e xenófobas, atrair novos membros e planejar atos violentos. Eles também usam as plataformas para assédio e intimidação (SNYDER, 2022).

No Brasil, as eleições e a vitória de Jair Bolsonaro à presidência da república foram um marco importante na formação da nova direita brasileira através da internet e das redes sociais. Bolsonaro utilizou as redes sociais intensamente durante sua campanha, divulgando suas ideias, propostas e *fake news* aos/às eleitores/as. Sua retórica polêmica, autoritária e sem filtros conquistou, e ainda

conquista, uma base de seguidores que se identificavam com suas ideias e propostas conservadoras e radicais (ROCHA, 2021).

Essa postura do ex-presidente Bolsonaro, autorizou, em boa medida, sua base de apoio a agir similarmente, utilizando a justificativa constitucional da liberdade de expressão para espalhar ódio e preconceito. Poucos dias do assassinato da morte de Marielle, comentários como estes eram comuns no período: “ta vendendo peneira com sua cara estampada. #lutacontramiliciano” (TWITTER/X, 2018), “O PSOL foi responsável pela morte do cinegrafista da BAND financiando os BLACKBLOCS, o PSOL é o partido pelo qual o esfaqueador de BOLSONARO fazia parte... enfim !” (TWITTER/X, 2018) e “Povo vagabundo, quantos morreram e ninguém lembra? ai morre uma petista aí ficam nessa viagem...” (TWITTER/X, 2018).

No Brasil, apesar da crença popular de que o anonimato explicaria a facilidade com que declarações racistas e preconceituosas podem ser propagadas na internet (QUADRADO; FERREIRA, 2020), foi possível ao longo da nossa investigação constatar o uso explícito de contas pessoais, com vínculos com a extrema direita, em especial o bolsonarismo, na propagação de mensagens de ódio, tanto em 2018, como nos dias de hoje em 2023<sup>103</sup>.

Muitas das falas que observamos nos dão ferramentas analíticas para problematizar a sociedade brasileira contemporânea. Se nos debruçarmos nos comentários que vimos no Twitter/X, constatamos que a internet acaba simulando a realidade das brutais desigualdades do nosso país, sendo também palco discursivo da nova direita brasileira. Em nossas investigações, além de comentários racistas, classistas, LGBTQIA+fóbicos, buscavam também diminuir a vida de Marielle, como já exposto. No aniversário de cinco anos da morte de Marielle, em março de 2023, ainda havia muitos comentários odiosos, como: “5 anos enchendo o sac0 e no final das contas essa militante nada produziu para a nação”, “Procura o mandante entre ‘amigos’” (TWITTER/X, 2023) e “Mulheres negras, bissexual, mãe, etc. são mais especiais do que brancas, heterossexual, sem filhos? Todo crime deve ser investigado, mas infelizmente. Uivos não são solucionados. Quem mandou andar com bandidos?” (TWITTER/X, 2023).

Na internet, o preconceito se amplia espacialmente no mundo virtual. As redes produzem espaços de validação e propagação do seu ódio, um sentimento de grupo, já que possuem ideias e comportamentos em comum. Nesses laços relacionais dos/as atores sociais conservadores e da extrema direita, formam-se bases para formação de redes de ódio, enquanto membros de uma identidade, racionalidade e grupo em comum. Além disso, é possível constatar que nas redes sociais as pessoas perdem a vergonha e o medo de cometerem crimes na escrita de seus comentários.

## Considerações finais

Ao longo de nossas análises tivemos acesso a discursos claramente criminosos. Atualmente, no Brasil, o Supremo Tribunal Federal (STF) está examinando dois processos relacionados à regulação e criminalização das redes sociais. Em um dos casos, o ministro Luís Roberto Barroso sugeriu uma legislação que criminalize a propagação de discursos de ódio nas redes sociais. No outro processo,

103 Não cabe a este capítulo dar conta dessas discussões quantitativas, porém, é importante ressaltar que havia perfis públicos pessoais.

o ministro Alexandre de Moraes sugeriu a criação de um mecanismo para moderar o conteúdo das redes sociais.

Quando o STF tomará uma decisão sobre esses processos permanece incerto. Mas a criminalização e a regulação das redes sociais são questões importantes para o fortalecimento da democracia no Brasil. Até que ponto a liberdade de expressão pode ser utilizada como justificativa para ofender e violentar o outro? Apesar de não haver leis específicas sobre as redes sociais, muitos comentários poderiam se enquadrar em outros crimes já em vigência no Brasil, como: injúria, calúnia, difamação, apologia ao crime, discriminação racial, ameaças e agressão. No caso de Marielle, os discursos de ódio foram utilizados para atacar sua trajetória política, identidade e memória. A vereadora foi acusada de ser uma terrorista, traficante e defensora da criminalidade, entre outras acusações. Essas acusações, baseadas em preconceitos e mentiras sobre sua identidade, foram difundidas pela extrema direita nas redes sociais.

A partir dos comentários que vimos, percebemos haver disputas e discussões a todo momento nas redes, e muitas pessoas parecem estar dispostas a rebater qualquer opinião divergente. Esse tipo de comportamento, e a lógica dos algoritmos encarregados de divulgar e organizar as redes sociais, estão diretamente relacionados com a popularização da intolerância e radicalismo na contemporaneidade, sobretudo no Brasil, nos últimos vinte anos, com ascensão da direita e da extrema direita.

## Referências

- DE ALMEIDA, Fábio Chang. O Historiador e as Fontes Digitais: uma visão acerca da Internet como fonte primária para Pesquisas Históricas. *Revista Aedos*, [S. l.], v. 3, n. 8, 2011.
- ALMEIDA, R. Q. Fake news: arma potente na batalha de narrativas das eleições 2018. *Ciência e Cultura*, v. 70, n. 2, p. 9-12, 2018.
- BUTLER, Judith. *Discurso de ódio: uma política do performativo*. Trad. de Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo. Editora Unesp Digital, 2021.
- ACIOLI, S. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. *Informação & Informação*, Londrina, v. 12, p. 8-19, 2007. Número especial.
- ARRUDA, Gisele Regina Paes de. *Movimentos Sociais no Ciberespaço: Uma Investigação sobre o Ciberativismo*. Mestrado - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. São Paulo, p. 115. 2011.
- BURKE; Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.
- BOAVENTURA, Luis Henrique; DE FREITAS, Ernani Cesar. Encenação e ubiquidade no Twitter: a intolerância dos discursos sobre Marielle Franco. *Letrônica*, v. 13, n. 2, p. e35963-e35963, 2020.
- CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CAROL, MC. Marielle Franco (Desabafo). S/C: Baile Sounds, 2018. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/3kT93PwAxAgw5ZzJHCsZek?si=xQG6q-YiRvic67Xux3qBkA>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- DE ALBUQUERQUE, Andréa Moreira Gonçalves; DE FARIA, Evangelina Maria Brito; OLIVEIRA, Christiane Maria da Bôa Viagem. Um Olhar sobre as Fake News e o Enredo da Difamação de Marielle Franco. *Revista Linguagem & Ensino*, 2022, 25.3: 4-30.

- FRANCO, Marielle. *UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da Política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2014.
- FREEMAN, Linton. 2004. *The Development of Social Network Analysis: A Study in the Sociology of Science*. Vancouver, Empirical Press, 218 p.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.
- KOZINERTS, Robert V. *Realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre, Penso, 2014.
- LYRIO, Camili Rodrigues; CORRÊA, Júlia; FAGUNDES, João Vitor Marques; QUADRADO, Jaqueline Carvalho. Netnografia das redes: como as redes sociais moldam o comportamento social e político. *Revista de Estudos Interdisciplinares*, v. 5, n. 1, p. 101-118, 2023.
- MARQUES, Brenda Moreira. A atuação do movimento Ni Una Menos como rede (feminista) de ativismo transnacional na luta contra a violência de gênero na Argentina (2014-2016). *Fronteira: Revista De iniciação científica Em Relações Internacionais*, 18(35), 62-87, 2018.
- PEREIRA, Néli. Redes sociais validam o ódio das pessoas, diz psicanalista. *BBC Brasil*, São Paulo, 10 jan. 2017. Não paginado. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38563773>. Acesso em: 01 ago. 2023.
- PERRONE, Cláudia Maria; PFITSCHER, Mariana de A. Discurso de ódio na internet: pontuações metodológicas. In: *Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)*. 2017. p. 1-6.
- QUADRADO, Jaqueline Carvalho; FERREIRA, Ewerton da Silva. Ódio e intolerância nas redes sociais digitais. *Revista Katálysis*, v. 23, p. 419-428, 2020.
- RAZEN, J. Justificando, 2015. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2015/04/16/o-que-ha-de-real-no-racismo-virtual/>. Acesso em: 15 jul. 2016.
- ROCHA, Camila. *Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil*. Todavia, 2021.
- ROCHA, Thalita Souza. *Mulheres negras e internet: do racismo ao ativismo*. 2017. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito)–Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- SILVA, Luciana Soares da; CANO, Márcio Rogério de Oliveira; O Discurso Racista na Internet: Uma Análise dos Comentários, p. 61 -82. In: *Discurso, Cultura e Negritude – Discurso e Cultura*, Vol. 4. São Paulo: Blucher, 2021.
- SILVA, Rosimeri Aquino da; SANTOS, Jennifer Simpson dos. Marielle Franco, abjeção e vulnerabilidade compartilhada. In: FACHINETTO, Rochele Fellini; SILVA, Rosimeri Aquino; SEFFNER, Fernando. *O gênero da violência: contribuições analíticas em contextos contemporâneos*. Porto Alegre: CirKula, 2022. p. 101-117.
- SIGNORINI, Inês, ed. *Language Practices of Cyberhate in Unfolding Global and Local Realities*. Cambridge Scholars Publishing, 2022.
- SIGNORINI, Inês; LUCENA, Maria Inez. Linguagem e economia política em ativismos no twitter sobre o uso de “linguagem neutra”. *Revista da Abralin*, v. 22, n. 1, p. 1-29, 2023.
- VILLAÇA. Marielle Presente. S/C: Villaça Music, 2019. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/4gUTqbJS0dMcBDTm7C30pN?si=mUIJ2W4JQqisyP1AXbi4dQ> Acesso em: 20 ago. 2023.
- WASSERMAN, Stanley.; FAUST, Katherine. 1994. *Social Network Analysis. Methods and Applications*. Cambridge, Cambridge University Press, 857p.
- SNYDER, Cara K. Navigating Online Misogyny: Strategies, Methods, and Debates in Digital Feminism. *Feminist Studies*, v. 48, n. 3, p. 776-789, 2022.